

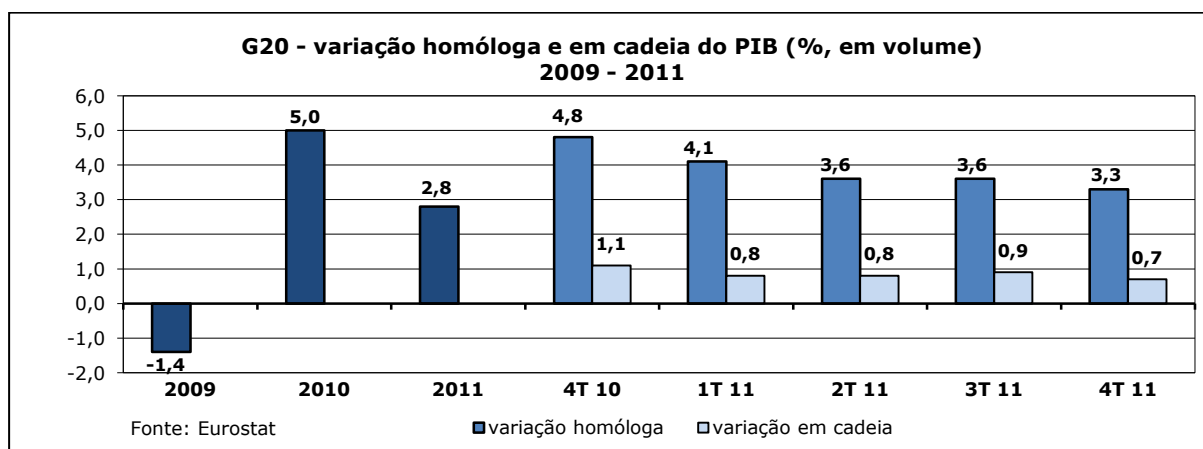
CONJUNTURA ECONÓMICA

- Março 2012 -

MUNDO

No dia 5 de março, o primeiro-ministro da **China**, Wen Jiabao, anunciou que o Governo reviu em baixa a meta de crescimento do PIB em 2012 para 7.5%, uma valor inferior ao objetivo de 8% nos últimos 8 anos (meta que foi sempre ultrapassada) e que, a confirmar-se, representaria o ritmo de expansão mais baixo desde 1990.

O Eurostat publicou, pela primeira vez, dados sobre a evolução do **PIB do G20**, que evidenciaram uma redução das taxas de crescimento no **quarto trimestre** para os valores mais baixos desde 2009 (0.7% em variação trimestral e 3.3% em termos homólogos, após 0.9% e 3.6% no terceiro trimestre, respetivamente). Apesar do abrandamento em cadeia no conjunto do G20, registaram-se andamentos distintos nos vários países, com a retoma do crescimento no Brasil (variação de 0.3%, após -0.1% no terceiro trimestre) e a aceleração nos EUA (de 0.5% para 0.7%), na África do Sul (de 0.4% para 0.8%), na Índia (de 0.9% para 1.8%) e na Indonésia (de 1.4% para 2.1%) a revelarem-se insuficientes para contrariar a evolução desfavorável nos restantes países. Destaca-se, em particular, a quebra em cadeia na Alemanha (variação de -0.2%, após 0.6% no terceiro trimestre), pela primeira vez desde 2009, e o agravamento da descida na Itália (de -0.2% para -0.7%), influenciando a evolução negativa na UE e zona euro (-0.3% nos dois casos, os primeiros valores negativos desde 2009). Salientam-se ainda as quebras do PIB no Japão (-0.2%) e no Reino Unido (-0.2%), e o abrandamento na China (de 2.3% para 2%) e na França (de 0.3% para 0.2%). No que se refere às taxas de variação homóloga do PIB no quarto trimestre, os valores oscilaram entre -0.6% no Japão (o único país em quebra a par da Itália, onde a variação foi de -0.4%) e 8.9% na China (9.1% no terceiro trimestre). No conjunto de **2011**, a taxa de crescimento do G20 situou-se em 2.8%, após 5% em 2010 e -1.4% em 2009.

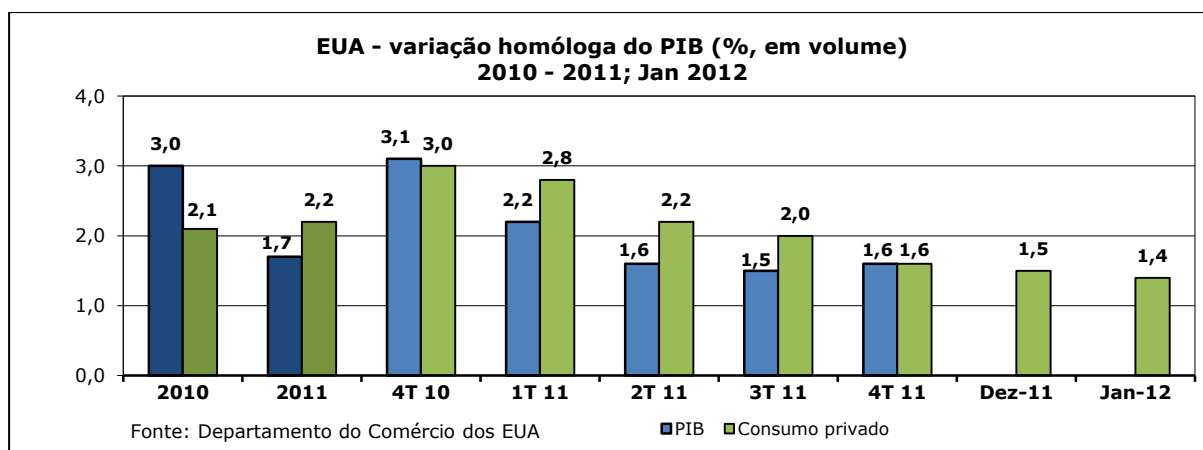


EUA

Destacam-se, abaixo, algumas notícias de **envolvente** dos EUA.

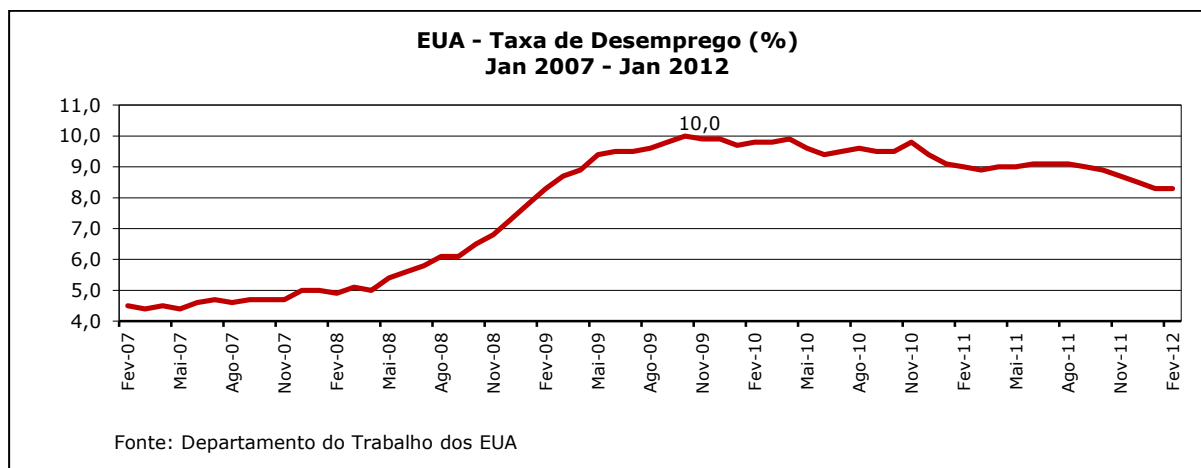
No dia 13 de março, a Reserva Federal divulgou um sumário dos novos e mais exigentes **testes de stress financeiro**, mostrando que a grande maioria (15 em 19) dos maiores bancos dos EUA cumpre todas as exigências de capital mesmo num cenário económico hipotético extremamente adverso (taxa de desemprego máxima de 13% e quedas de preços de 50% nas ações e 21% nas casas), podendo continuar a emprestar a empresas e famílias. Estes resultados refletem o aumento significativo de capital pelos bancos ao longo dos últimos 3 anos.

No que se refere a **dados de conjuntura**, as terceiras e últimas estimativas do **PIB** dos EUA no **quarto trimestre** de 2011 confirmaram a variação em cadeia anualizada de 3% (após 1.8% no trimestre anterior) e a subida homóloga de 1.6% (1.5% no terceiro trimestre). Foi ainda confirmado o crescimento de 1.7% no conjunto de **2011**. Dados mais recentes, relativos a janeiro, mostraram um abrandamento do consumo privado (variações homólogas real de 1.4%, após 1.6% no quarto trimestre de 2011), a rubrica com maior peso no PIB.



O **índice dos indicadores avançados** do Instituto Conference Board voltou a aumentar em fevereiro (variação mensal de 0.7%, após 0.2% e 0.5% nos dois meses anteriores), o que sugere uma evolução mais positiva da atividade económica dos EUA nos próximos seis meses.

A **taxa de desemprego** dos EUA manteve-se num mínimo de 3 anos em fevereiro (8.3%, correspondendo a 12.8 milhões de desempregados).



No dia 13 de março, a **Reserva Federal** voltou a deixar inalterados os seus referenciais de política monetária, onde se destaca a taxa *fed funds* entre 0% e 0.25% (mais a indicação de uma política de taxas excepcionalmente baixas até final de 2014, pelo menos), a estabilização do tamanho do balanço do banco central e a continuação do programa de alargamento da maturidade da carteira de obrigações do Tesouro. A Reserva Federal justificou a manutenção das condições muito acomodáticas com a melhoria muito gradual da atividade económica, situando-se a taxa de desemprego num nível ainda elevado, apesar da descida nos últimos meses, o que ajuda a manter a inflação reduzida. Declarações posteriores do Presidente da Reserva Federal, Ben Bernanke, deixaram em aberto a possibilidade de medidas adicionais de estímulo monetário caso a situação económica se deteriore.

EUROPA

Abaixo, inserimos alguns destaques de **envolvente europeia** em março.

No dia 2 de março, o **Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governança na União Económica e Monetária** foi assinado por todos os membros da UE 27 com exceção do Reino Unido e da República Checa. O Tratado entrará em vigor quando for ratificado por, pelo menos, 12 membros da zona do euro, no máximo até 1 de janeiro de 2013, sendo depois incorporado no quadro jurídico da UE no prazo de cinco anos. Um dos principais pontos do novo Tratado é o reforço da disciplina orçamental por via de uma regra de equilíbrio orçamental (défice estrutural anual não superior a 0.5% do PIB nominal) a incorporar nos sistemas legais nacionais com valor constitucional ou equivalente no prazo de um ano, prevendo-se sanções (até 0.1% do PIB) aplicáveis pelo Tribunal de Justiça Europeu. Está ainda previsto um mecanismo de coordenação (económica e financeira), e um reforço da governação com cimeiras regulares.

No dia 13, o Eurogrupo formalizou a aprovação do **segundo regaste à Grécia** (empréstimo de 130 mil milhões de euros em *tranches* condicionais a um novo programa de ajustamento), após a realização, na semana precedente, da operação de troca de títulos da dívida grega com perdas para os credores (*haircut*), que permitirá reduzir a dívida pública do país de 160% do PIB para 117% em 2020, um resultado melhor do que os 120% inicialmente estimados.

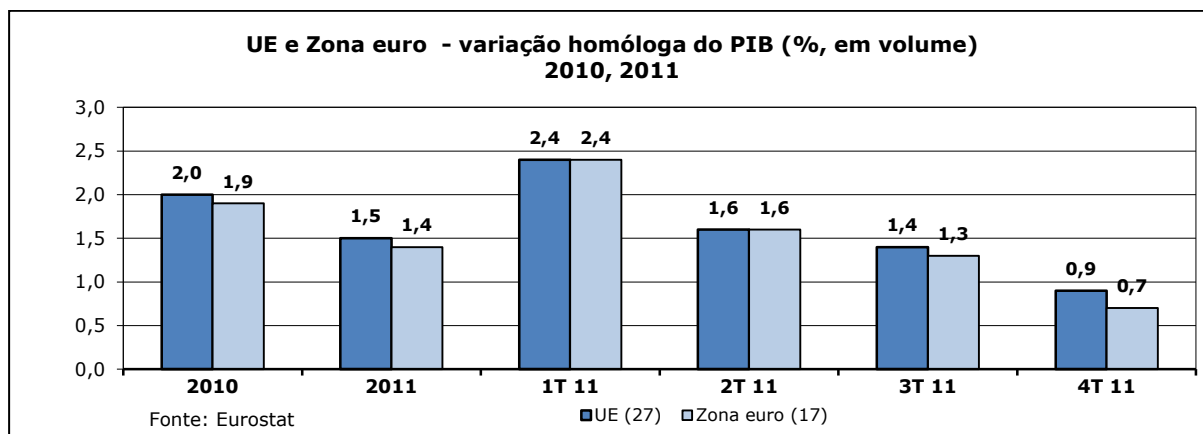
Na reunião do Eurogrupo foi ainda aceite o pedido do Governo de Espanha para **subir o limite do défice orçamental espanhol** em 2012 para 5.3% do PIB (face a uma meta inicial de 4,4%), mantendo-se a meta de 3% para 2013. O pedido de revisão em alta do défice colocou o foco do mercado de obrigações em Espanha, tendo-se observado uma subida das *yields* espanholas em contraciclo com os restantes países sob pressão, designadamente Grécia, Portugal, Irlanda e Itália (ver análise do mercado de dívida pública na secção PORTUGAL).

Ainda no dia 13, a agência de *rating* Fitch subiu (pela primeira vez desde 2003) a notação da dívida grega de longo prazo em quatro níveis (de "RD" para "B-" com perspetiva estável) na sequência do perdão de dívida à Grécia, passando de uma classificação de incumprimento parcial (evento de crédito) para investimento altamente especulativo. A Fitch justificou a decisão por considerar que a operação "melhorou significativamente o perfil do serviço da dívida", embora os riscos permaneçam elevados, dados os "desafios económicos profundos". No curto prazo, a perspetiva de uma eleição geral e a incerteza sobre a composição e o compromisso do novo Governo para com a Troika significam desafios consideráveis. A agência salientou ainda que "há uma margem limitada de segurança para o serviço da dívida dos novos títulos no horizonte entre 12 e 24 meses, o que se reflete na perspetiva estável".

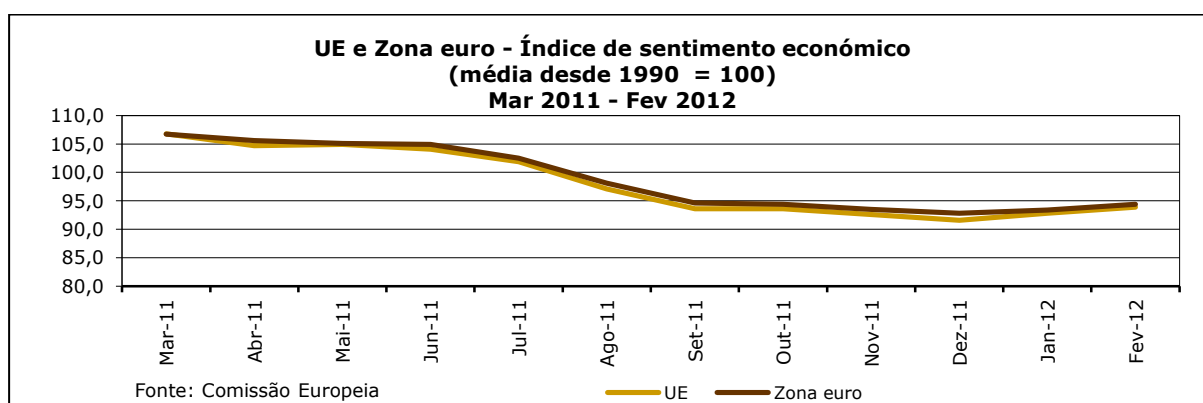
No dia 23, o **Parlamento grego** aprovou o segundo resgate ao país.

No dia 27 de março, o secretário-geral da OCDE, Angel Gurría, defendeu um aumento dos mecanismos de resgate da zona do euro (firewall) até uma capacidade efetiva superior a 1 bilião de euros, com vista a acalmar os mercados. Na mesma conferência de imprensa, o comissário europeu dos Assuntos Económicos, Olli Rehn, mostrou-se "confiante num acordo convincente" entre os ministros das Finanças da zona euro para o reforço dos mecanismos de defesa do euro já no próximo dia 30. Estas declarações surgiram já depois da Chanceler alemã Angela Merkel, ter admitido a possibilidade de acrescentar "temporariamente" aos 500 mil milhões de euros (m.e.) previstos no Mecanismo Europeu de Estabilidade os 200 mil m.e. do atual Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (que tem financiado os apoios à Grécia, Irlanda e Portugal), que era suposto substituir. Com esse novo "poder de fogo" de 700 mil m.e., Merkel espera convencer os países do G20 a aumentarem os recursos à disposição do FMI.

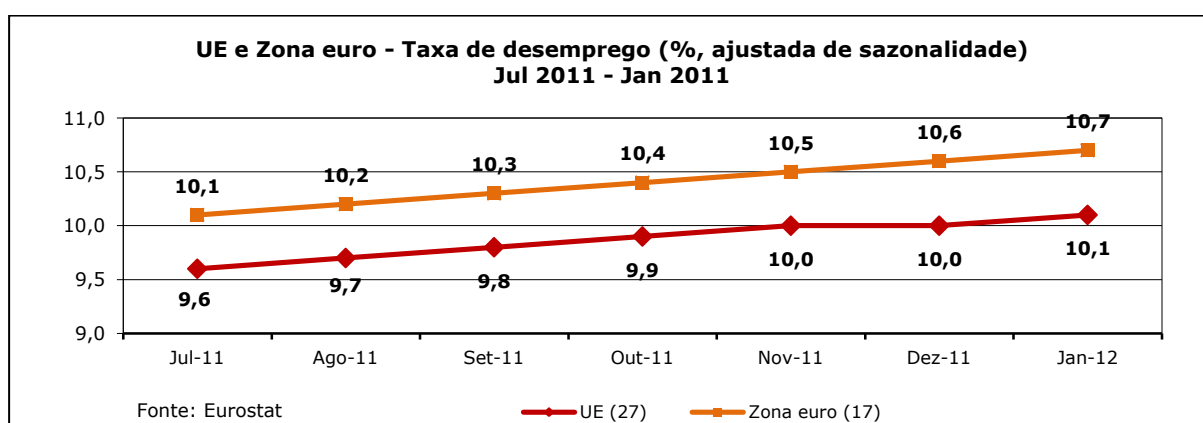
Em termos de **dados de conjuntura**, destaca-se a revisão em baixa do crescimento do **PIB da zona euro** e da **UE** em 2011 (para 1.4% e 1.5%, face a 1.5% e 1.6% nas anteriores estimativas, respetivamente). As variações no quarto trimestre não sofreram revisões (0.7% e 0.9%, em termos homólogos, e -0.3% em cadeia nos dois casos), sendo de realçar, na ótica da procura, a queda em cadeia de todas as grandes **rubricas de despesa** na zona euro (variações de -0.4% no consumo das famílias, de -0.2% no consumo dos governos, -0.7% na FBCF, -0.4% nas exportações e -1.2% nas importações).



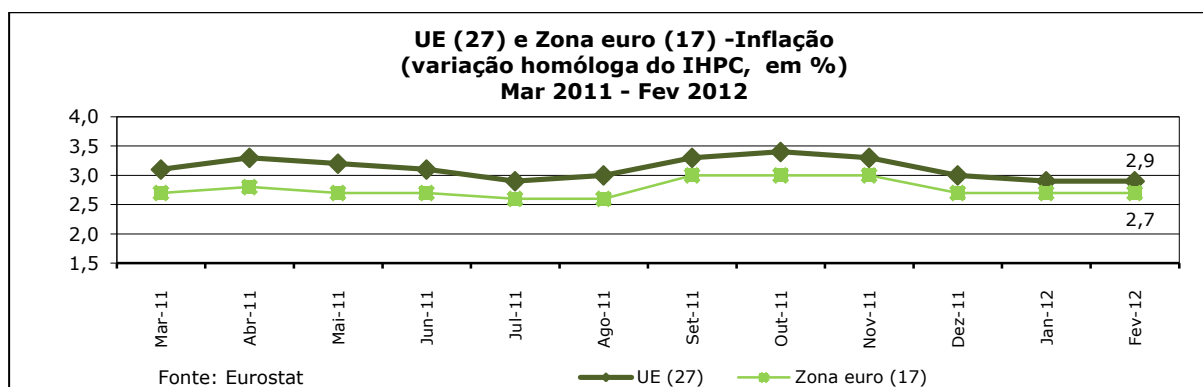
Quanto a indicadores avançados, salienta-se a subida dos índices de sentimento económico da zona euro e da UE em fevereiro, pelo segundo mês consecutivo (após um ano de quedas quase ininterruptas), o que aponta para uma evolução mais favorável da economia europeia nos próximos meses.



De acordo com dados revistos do Eurostat, em janeiro de 2012 a **taxa de desemprego** subiu para 10.1% na **UE** (10% em dezembro) e para 10.7% na **zona euro** (10.6%), correspondendo a 24.3 e 16.9 milhões de pessoas.



Segundo informação revista do Eurostat, em fevereiro a taxa de **inflação** homóloga aferida pelo IHPC (Índice Harmonizado de Preços no Consumidor) manteve-se em 2.7% na zona do euro e em 2.9% na UE. Em média anual, a inflação aumentou para 2.8% na zona do euro (2.7% em janeiro) e manteve-se em 3.1% na UE.

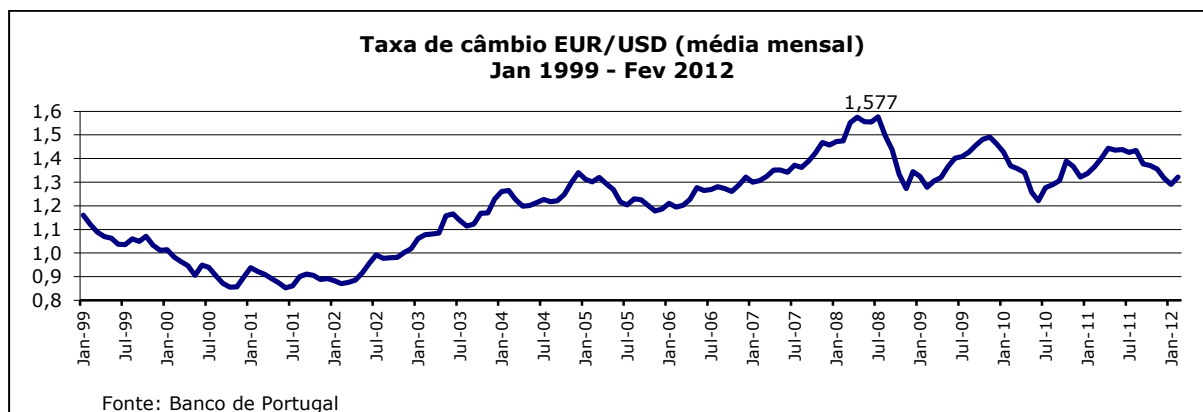


No dia 8 de março, o **Banco Central Europeu (BCE)** deixou inalteradas as suas taxas de juro diretoras em mínimos históricos (1%, no caso da taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento) pela terceira reunião seguida. A decisão voltou a ser justificada com os sinais de estabilização da atividade económica (dados de inquéritos), mas a um nível baixo e num contexto de elevada incerteza. Devido à subida dos preços da energia e dos impostos indiretos, a taxa de inflação deverá permanecer acima de 2% em 2012, mas o baixo nível de utilização da capacidade produtiva permite apontar para a manutenção da estabilidade de preços a médio prazo, uma análise confirmada pela continuação de uma expansão moderada dos agregados monetários.

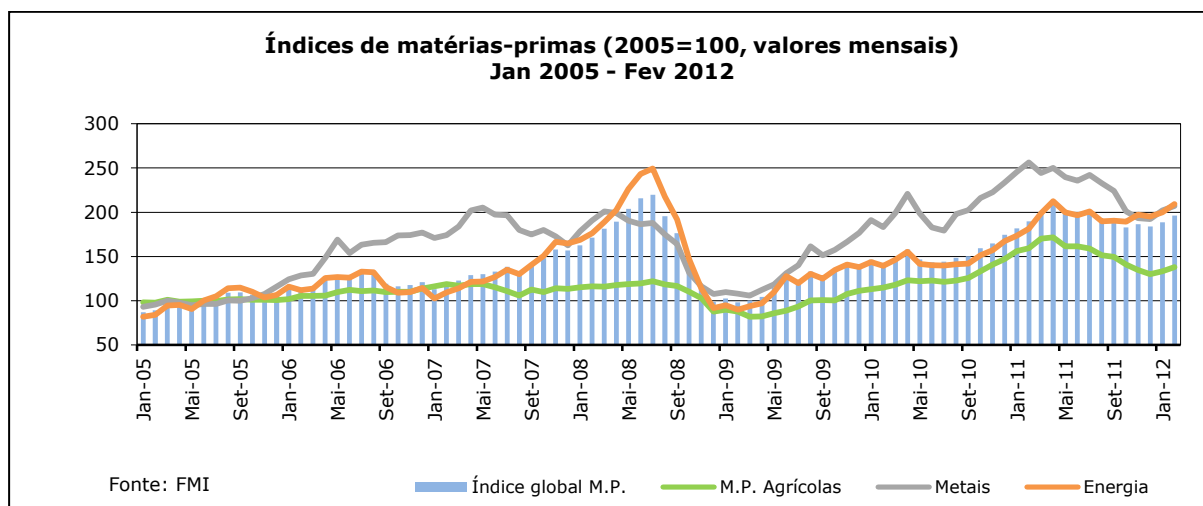
As perspetivas do BCE têm já em conta as **projeções de especialistas do Eurosistema** disponibilizadas em março, onde se destaca a ligeira revisão em baixa das previsões de crescimento do PIB da zona euro (para intervalos de -0.5% a 0.3% em 2012 e de 0% a 2.2% em 2013) e em alta no caso da inflação (para intervalos previsionais de 2.1% a 2.7% em 2012 e de 0.9% a 2.3% em 2013). No cenário base, a economia da zona euro deverá recuperar gradualmente ao longo de 2012, suportada pela procura externa, pelas baixas taxas de juro e pelas medidas excecionais de apoio ao setor financeiro.

COTAÇÕES INTERNACIONAIS

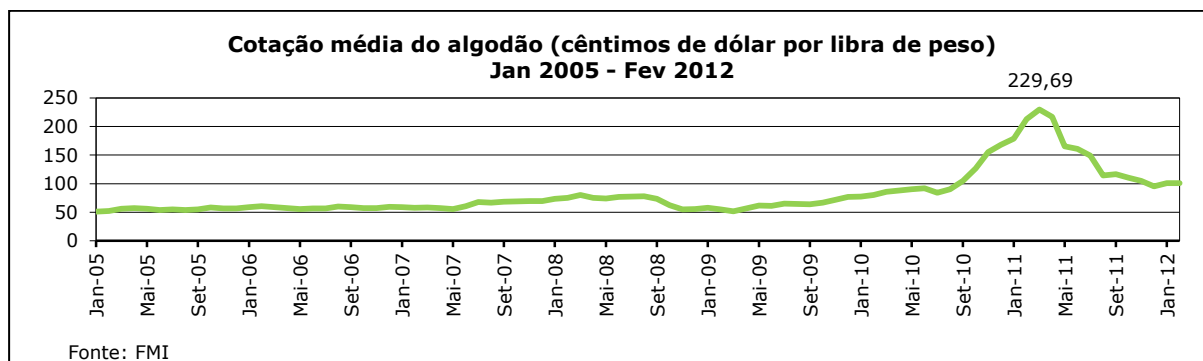
Em fevereiro, a cotação média mensal do **euro** face ao dólar apreciou-se pela primeira vez em 6 meses (variação mensal de 2.47%, para 1.3224 dólares, o valor mais elevado desde novembro), refletindo o acordo alcançado na reunião do Eurogrupo para o segundo resgate à Grécia. Em comparação de final de mês, a subida foi de 2%, para 1.3443 dólares. Já em **março**, a cotação diária do euro no câmbio com o dólar registou uma correção em baixa (até 1.3225 dólares no dia 21) com a confirmação da queda em cadeia do PIB da zona euro no quarto trimestre e os receios de que o novo resgate à Grécia poderá não ser suficiente. O movimento de apreciação foi retomado a partir de dia 22 (até 1.337 dólares no dia 28), na sequência da aprovação do segundo resgate no Parlamento grego e em face do grau de abertura demonstrado pela Reserva Federal para eventuais medidas adicionais de estímulo monetário.



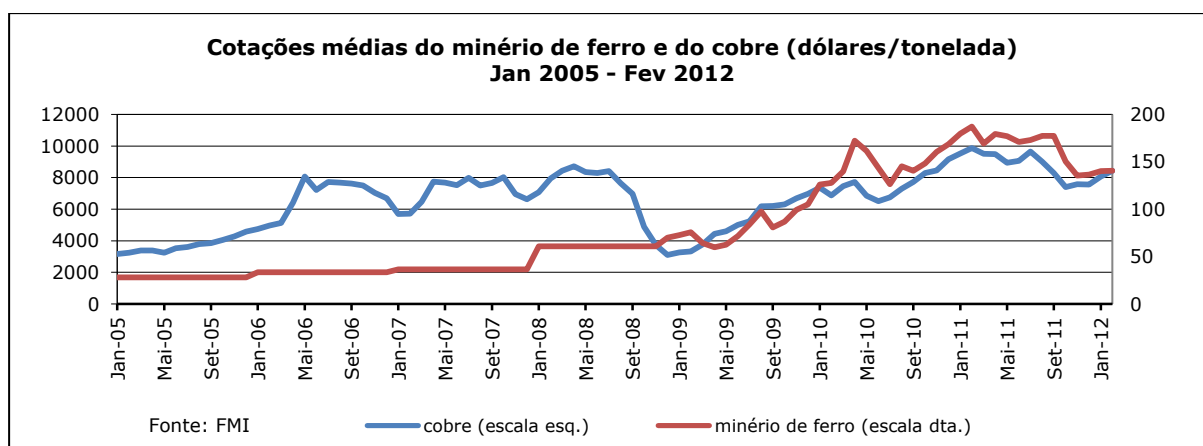
O **índice global de matérias-primas** subiu pelo segundo mês consecutivo em fevereiro, e a um ritmo mais forte (variação mensal de 4%, após 2.5% em janeiro), para o que contribuiu a melhoria da conjuntura mundial com a aprovação do segundo resgate à Grécia pelo Eurogrupo. Entre as componentes do índice global, a maior subida pertenceu ao índice da energia (4.6%), seguido pelos índices de matérias-primas agrícolas (3.4%) e dos metais (2.5%). Já em **março**, as cotações diárias das matérias-primas foram penalizadas, logo no início do mês, pelo anúncio de redução da meta de crescimento económico da China por parte do Governo do país.



No que se refere às matérias-primas agrícolas, a cotação média do algodão contrariou a tendência de subida em fevereiro e registou uma quebra de 0.4% (para 100.77 cêntimos de dólar por libra de peso), retomando a trajetória de descida interrompida em janeiro (mês em que o preço médio recuperou 5.9%). Já em **março**, a cotação diária do algodão aumentou devido à proibição das exportações de algodão pela Índia (o segundo maior exportador mundial, logo a seguir aos EUA), com vista a assegurar o abastecimento da indústria têxtil do país, uma decisão que, a manter-se (o Governo Indiano chegou a dar a indicação de que poderia voltar atrás, após fortes protestos dos agricultores), poderá levar a uma recuperação dos preços da matéria-prima nos próximos meses.



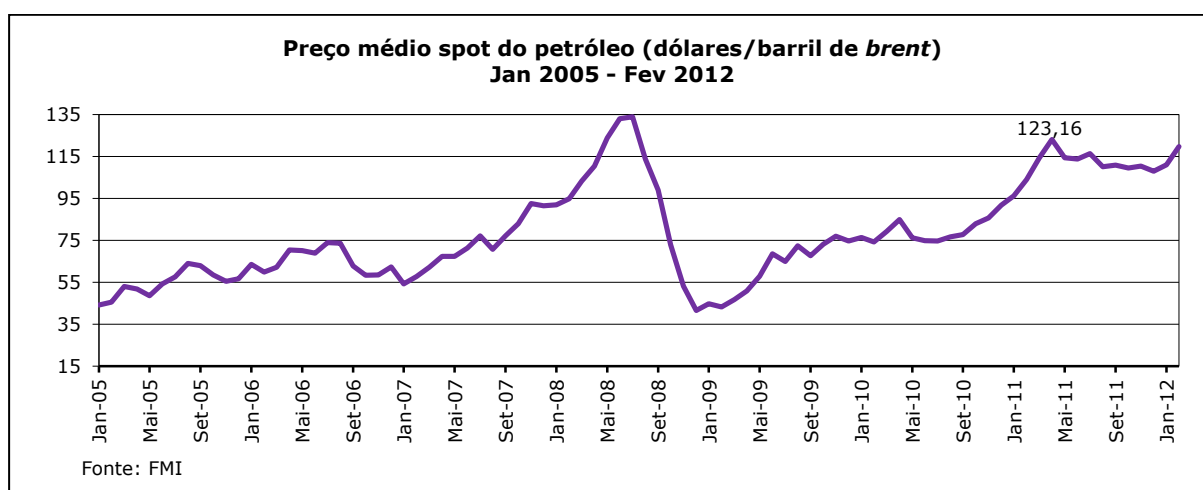
Relativamente aos **metais**, merece destaque a valorização de 4.7% no preço médio do cobre, que contrastou uma variação quase nula no minério de ferro. No caso do **cobre**, a subida refletiu o baixo nível dos *stocks* (para o que contribui a tendência de diminuição da produção no maior produtor mundial, o Chile, devido à antiguidade das minas, que reduz a qualidade do minério) e os sinais de atenuação do aperto de crédito na China, para além do maior otimismo quanto à procura mundial após o acordo do Eurogrupo para o segundo resgate à Grécia. Já em relação ao **minério de ferro**, a variação nula explica-se pelo aumento da oferta e a perspetiva de um abrandamento da procura de aço (produzido a partir desse minério) pela China a médio prazo com a redução gradual de grandes infraestruturas (que requerem grandes quantidades de aço) em favor da construção residencial. Esta perspetiva foi confirmada no início de março com o anúncio do Governo chinês de que irá promover um modelo de crescimento mais baseado no consumo interno do que nas exportações.



Nota: No caso do minério de ferro, a cotação corresponde ao preço Spot das importações do metal pela China (62% FE, porto de Tianjin); os preços anteriores a 2009 são anuais, refletindo o referencial que era acordado para cada ano entre as três principais empresas do setor nível mundial (Rio Tinto, BHP Billiton e Vale).

Em fevereiro, o preço médio do **brent** registou uma subida de 7.8% (para 119.71 dólares por barril), situando-se no nível mais elevado desde abril de 2011. A aceleração dos preços traduziu as tensões em torno do programa nuclear do Irão (que suspendeu os contratos de exportação de petróleo para o Reino Unido e França no dia 20, na sequência do embargo da UE), o aumento da procura de combustíveis devido à vaga de frio na Europa, e a melhoria das perspetivas de crescimento mundial com os sinais económicos positivos nos EUA e o acordo para o segundo resgate à Grécia. Em **março**, as cotações diárias do

brent subiram até 125.7 dólares por barril no dia 19, na sequência de um relatório da Agência Internacional da Energia que reduziu a previsão de produção de petróleo em 2012 nos países fora da OPEP, o que torna o abastecimento mundial ainda mais dependente da organização, onde o maior produtor, a Arábia Saudita, já está a produzir ao ritmo mais elevado em 30 anos para suprir os problemas de oferta no Sudão, Síria e Iémen. Destaca-se ainda a indicação de que o stock de petróleo detido pelas empresas dos países desenvolvidos recuou abaixo da média dos últimos cinco anos, o que reduz a margem de segurança para absorver eventuais problemas na oferta petrolífera. No dia 20, a Arábia Saudita procurou sossegar os mercados e indicou que tem capacidade para aumentar a sua produção até 25% de forma imediata, o que levou a um recuo da cotação do brent para 124.3 dólares por barril, a par com os receios de abrandamento económico na China, mas a cotação voltou a subir para 125.96 dólares no dia 27 devido à abertura do Presidente da Reserva Federal para mais medidas de estímulo monetário nos EUA. No dia 28, a cotação recuou de forma significativa (para 123.96 dólares) devido a uma descida bastante inferior ao esperado das reservas de petróleo e derivados dos EUA e às notícias de um possível acordo entre os EUA e a Europa para a libertação das respetivas reservas de emergência com vista a travar a subida dos preços, que ameaça a retoma económica mundial.



PORTUGAL

Destacam-se, a seguir, várias notícias de **envolvente** relativas a Portugal.

No dia 7 de março, o Conselho de ministros aprovou a criação de uma **comissão interministerial de coordenação dos fundos comunitários e extracomunitários**, que será liderada pelo ministro das Finanças. A gestão do QREN continuará a ser feita pelo Ministério da Economia.

No dia 13, a propósito da reunião do **Eurogrupo**, o ministro das Finanças, Vítor Gaspar, afirmou que a "especulação em torno da possibilidade de Portugal vir a

necessitar de um segundo programa de assistência é totalmente infundada e completamente contrária à opinião do Eurogrupo”, onde foi considerado que “em alguns elementos importantes o ajustamento até está a ocorrer mais rapidamente do que o inicialmente previsto no programa”.

No dia 14, o secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro, Carlos Moedas, afirmou que o Governo já entregou à Troika o **relatório com as medidas para a sustentabilidade do sistema energético nacional** e que ficou “muito claro” quais as medidas a seguir. Carlos Moedas apontou três pontos que ficaram fechados: (i) a necessidade de “eliminar o défice tarifário até 2020; (ii) acabar com a garantia de potência para todas as centrais a operar antes de 2007 e aceleração do processo de passagem de um preço fixo para preço de mercado no que se refere à co-geração, “que representa um quarto dos subcustos”; (iii) o Governo vai negociar com os *players* de mercado poupanças adicionais nos CMEC (Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual). Refira-se ainda, na área da energia, a decisão do Governo, no dia 6, de **suspensão de projetos de mini-hídricas** (no valor de 200 m.e.), por estarem também suspensas as atribuições de potência na rede elétrica.

Também no dia 14, numa audiência da **comissão parlamentar para o acompanhamento das medidas do programa de assistência** económica e financeira a Portugal, o ministro das finanças revelou que no final de março será publicado um documento com a estratégia de redução de pagamentos em atraso (no âmbito do Orçamento Retificativo a apresentar brevemente), e que em Abril será divulgado o novo documento de estratégia orçamental para um horizonte a quatro anos, onde se prevê uma simplificação do modelo fiscal e uma estrutura de impostos mais adaptada ao crescimento económico e ao emprego.

No dia 19, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas, afirmou que a **dívida global dos municípios e empresas municipais** “andarà nos 12 mil m.e.” e que a de curto prazo, ainda em apuramento, “nunca será inferior a 3000 m.e.” No dia 20, o ministro referiu que a dívida de curto prazo dos municípios foi bastante reduzida entre novembro de 2011 e março de 2012, e garantiu que “a situação está sob controlo”, dado que o número de câmaras com dívidas elevadas não é muito significativo.

No dia 21, o Governo anunciou o **abandono definitivo do projeto de TGV** através de um comunicado do Ministério da Economia, na sequência das irregularidades detetadas pelo Tribunal de Contas na adjudicação da linha Poceirão-Caia ao consórcio Elos, liderado pela Soares da Costa e pela Brisa. O consórcio considera ter direito a uma indemnização próxima de 300 m.e., um valor que o ministro da economia, Álvaro Santos Pereira, considera ser inferior. De qualquer forma, o Governo mantém a intenção de construção de linhas de mercadorias em bitola europeia para ligar os portos de Sines e Aveiro ao centro

da Europa, segundo Santos Pereira, que confirmou a concordância da Comissão Europeia e dos governos espanhol e francês, também envolvidos no projeto.

No dia 26, o ministério das Finanças anunciou que em abril será iniciada uma “grande **ação de fiscalização** em todos os distritos do País” com a duração de 3 meses (e a participação de 150 inspetores da recém-criada Autoridade Tributária e Aduaneira) com vista a verificar o cumprimento da obrigação legal de utilização exclusiva de **programas de faturação** certificados a partir desse mês para os cerca de 200 mil contribuintes com volume de negócios superior a 100 mil euros. A medida enquadra-se no Plano Estratégico de Combate à fraude e Evasões Fiscais e Aduaneiras.

No dia 27, o ministério das Finanças anunciou que no dia 30 será assinado o contrato de compra e venda do **BPN** entre o Estado português e o Banco BIC, após autorização da Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia, que viu aceites pelo Estado e pelo Banco BIC as alterações solicitadas.

No dia 28, a agência de notação **Fitch** apresentou um relatório para os 17 países do euro onde considerou, no caso de Portugal, que “o **risco de derrapagem em relação ao objetivo do défice** para 2012 (4.5% do PIB) – devido tanto a resultados macroeconómicos piores como a um controlo insuficiente das despesas – é grande”, pelo que vê “grandes probabilidades de novas medidas de consolidação em 2012”. O relatório da Fitch parte de uma previsão de recessão de 3.7% (mais gravosa do que a estimativa da Comissão Europeia e FMI, de 3.3%), agravada em face da revisão em baixa das perspetivas europeias, e aponta ainda como fonte de risco orçamental considerável o sector empresarial do Estado. A análise prospetiva da Fitch para 2013 é mais vaga, assumindo dois cenários: um de sucesso do programa da Troika e outro se o desempenho da economia portuguesa for pior do que o previsto, podendo determinar, respetivamente, uma melhoria ou descida do *rating* da República Portuguesa. Em reação, o ministro das Finanças não concordou com a análise, referindo que a posição do Governo é a que decorre do terceiro exame regular do PAEF, segundo o qual o programa está no bom caminho.

No dia 29, o Conselho de Ministros aprovou uma **proposta de Lei que procede à alteração ao Orçamento do Estado para 2012**. No anexo A, apresenta-se um resumo do Relatório da proposta de Lei e duas das medidas mais importantes de combate à fraude e evasão fiscais contidas na Proposta de Lei.

Em relação a **legislação aprovada em março com impacto económico relevante**, merecem destaque: as novas regras de prescrição de medicamentos (Lei nº 11/12 de 8/03) que obrigam a indicação da substância ativa e promovem uma redução dos custos para o Utente e o Estado; o Programa de Relançamento do Serviço Público de Emprego (Resolução do Conselho de Ministros, RCM, n.º 20/2012 de 9/03), que visa a reestruturação, modernização e melhor avaliação dos Centros de Emprego, e uma melhor sistematização e articulação das

medidas ativas de emprego, tendo como objetivos até final de 2013 o aumento em 50% das colocações de trabalhadores desempregados (3000/mês) e em 20% das ofertas captadas pelos Centros (2500/mês), incluindo o complemento das ofertas de outros agentes económicos; a aprovação de minutas de Contratos de Concessão de Benefícios Fiscais ao Investimento Produtivo (RCM n.º 28/2012 de 14/03), com um valor global de 125.7 m.e., em projetos com especial interesse para a economia nacional no setor do turismo e na indústrias alimentar, têxtil, do vidro, da madeira, da produção de material aeronáutico e eólico e de máquinas e equipamentos; a Rescisão de Contratos de Financiamento no âmbito dos programas operacionais do QREN que estejam, há mais de seis meses, sem execução física e financeira (RCM n.º 33/2012 de 15/03) e a reavaliação de todas as operações aprovadas há 6 meses ou mais e que tenham, a 1 de março de 2012, uma execução financeira registada inferior a 10%; a alteração do regime de proteção no desemprego dos trabalhadores por conta de outrem (Decreto-Lei, DL, n.º 64/2012 de 15/03, destacando-se a redução de 10% após 6 meses de concessão e a redução do prazo máximo normal de concessão para 540 dias, mas com aplicação de um regime transitório excecional a desempregados com filhos e redução do prazo de garantia para 360 dias de trabalho para aceder ao subsídio), e estabelecimento do regime jurídico de proteção dos trabalhadores independentes (DL n.º 65/2012 de 15/03) que prestem maioritariamente os seus serviços a uma mesma entidade contratante (mais de 80% do valor total da atividade); a alteração do Regulamento do Sistema Integrado de Proteção contra as Aleatoriedades Climáticas (Portaria n.º 61/2012 de 20/03) com novas medidas de apoio para a contratualização de seguros de colheitas integralmente financiadas pela União Europeia, o que levará a poupanças elevadas para o Orçamento de Estado e poderá permitir aumentar a bonificação dos prémios de seguro para a cultura das frutas nas zonas de maior risco climático e alargar a majoração prevista para os seguros coletivos; a instituição do tribunal da propriedade intelectual e do tribunal da concorrência (DL n.º 67/2012 de 20/03), com sedes em Lisboa e Santarém, respetivamente.

Em termos de previsões, destacam-se as **projeções do Boletim Económico de Primavera do Banco de Portugal**, divulgadas a 29 de março. O Banco de Portugal (BdP) prevê que a variação real do PIB nacional se situe em -1.6% em 2011, -3.4% em 2012 e 0% em 2013. A estimativa para 2011 não foi alterada, mas os valores para 2012 e 2013 foram revistos em baixa (face a -3.1% em 2012 e 0.3% em 2013 no Boletim de Inverno, divulgado em janeiro) e constituem as previsões mais pessimistas até ao momento (nas projeções mais recentes da Comissão Europeia, são esperadas variações de -3.3% em 2012 e 0.7% em 2013), apontando para uma estagnação da atividade em 2013 em vez de uma recuperação ligeira. A deterioração das perspetivas de andamento do PIB em 2012 e 2013 reflete a pior evolução esperada das exportações (variações reais de 2.7% em 2012 e 4.4% em 2013, face a 4.1% e 5.8% nas anteriores projeções, respetivamente), motivada pela revisão em baixa da procura externa, e o impacto desfavorável do agravamento das condições do mercado de trabalho

e da consolidação orçamental sobre o consumo privado (variações de -7.3% em 2012 e -1.9% em 2013, face a variações de -6% e -1.8% nas anteriores previsões do Banco de Portugal). No caso do mercado de trabalho, o BdP prevê agora taxas de variação do empenho de -1.5% em 2011, -3.6% em 2012 e -0.7% em 2013, revistas em forte baixa face às anteriores previsões (-1%, -1.8% e -0.6%, respetivamente).

O BdP salientou ainda que os riscos inerentes às atuais projeções são predominantemente descendentes e resultam, em grande medida, de fatores de natureza externa que afetem negativamente as exportações, o que poderá exigir a adoção de medidas adicionais que garantam o cumprimento do objetivo orçamental.

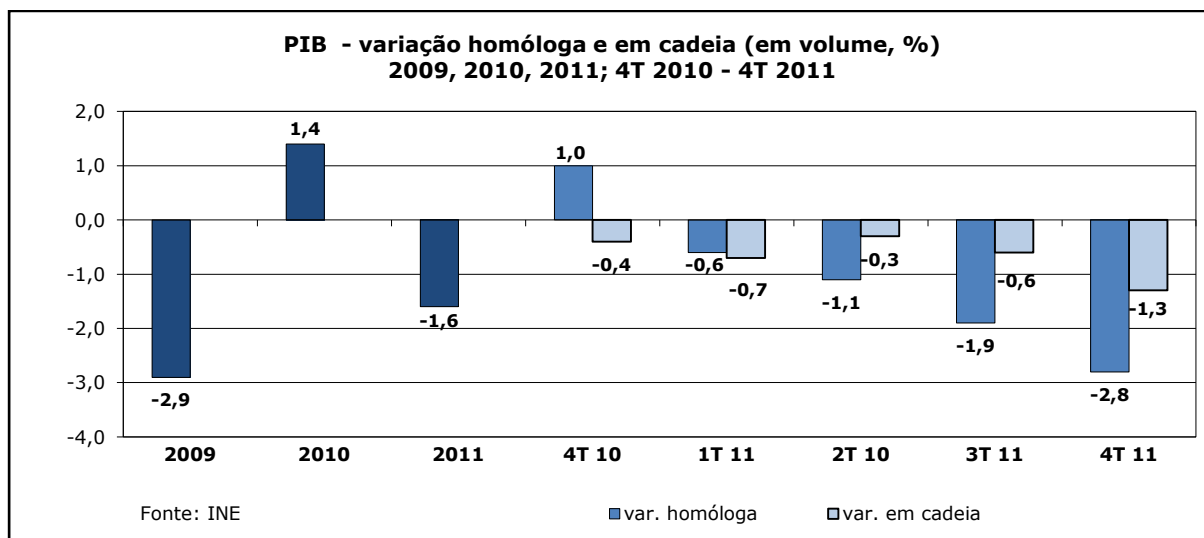
No anexo B, apresenta-se um resumo das projeções económicas mais recentes, incluindo as do Banco de Portugal, do Governo (cenário macroeconómico revisto da proposta de alteração do OE 12) e das principais organizações internacionais.

Quanto a **dados económicos de conjuntura**, no dia 9 de março o INE reviu em baixa de 0.1 pontos percentuais as taxas de variação homóloga do PIB em volume nos quatro trimestres de 2001 (para 1%, -0.6%, -1.1%, -1.9% e -2.8%) e também no conjunto de 2011 (para -1.6%). As taxas de variação em cadeia nos terceiro e quarto trimestres mantiveram-se inalteradas em -0.6% e -1.3%, respetivamente. Com as segundas estimativas, foi também divulgada informação detalhada quantificada das **componentes do PIB**.

No **quarto trimestre**, o detalhe por componentes de **despesa** evidenciou variações homólogas em volume de -6.5% no consumo das famílias (-3.4% no terceiro trimestre), -5.7% no consumo público (-1.4%), -24.3% na FBCF (-13.6%), 5.8% nas exportações (6.7%) e -13.5% nas importações (-2.7%). A única nota positiva foi a forte queda das importações, que permitiu uma melhoria da procura externa líquida de um contributo de 3.3 pontos percentuais (p.p.) para a variação homóloga do PIB no terceiro trimestre, para 7.5 p.p. no quarto trimestre. Na procura interna, o contributo passou de -5.3 p.p. para -10.3 p.p., explicando a queda do PIB. Nos **ramos de atividade**, as variações homólogas em volume do VAB foram de 2.5% na agricultura, silvicultura e pesca (3.1% no terceiro trimestre), -2.9% na indústria, energia, águas e saneamento (-0.2%), -12.7% na construção (-11.8%) e -2.1% nos serviços (-1.1%).

No conjunto de **2011**, o detalhe por rubricas de **despesa** mostrou variações anuais em volume de -3.9% na despesa de consumo das famílias (2.1% em 2010), -3.9% no consumo público (0.9%), -14% na FBCF (-3.6%), 7.7% nas exportações (8.8%) e -5.5% nas importações (5.4%). A única nota positiva foi também a queda das importações, que permitiu uma melhoria da procura externa líquida de um contributo de 0.5 p.p. para a variação do PIB em 2010, para 4.6 p.p. em 2011. Na procura interna, o contributo passou de 0.9 p.p. para -6.2 p.p., explicando a queda do PIB em 2011. Nos **ramos de atividade**, as

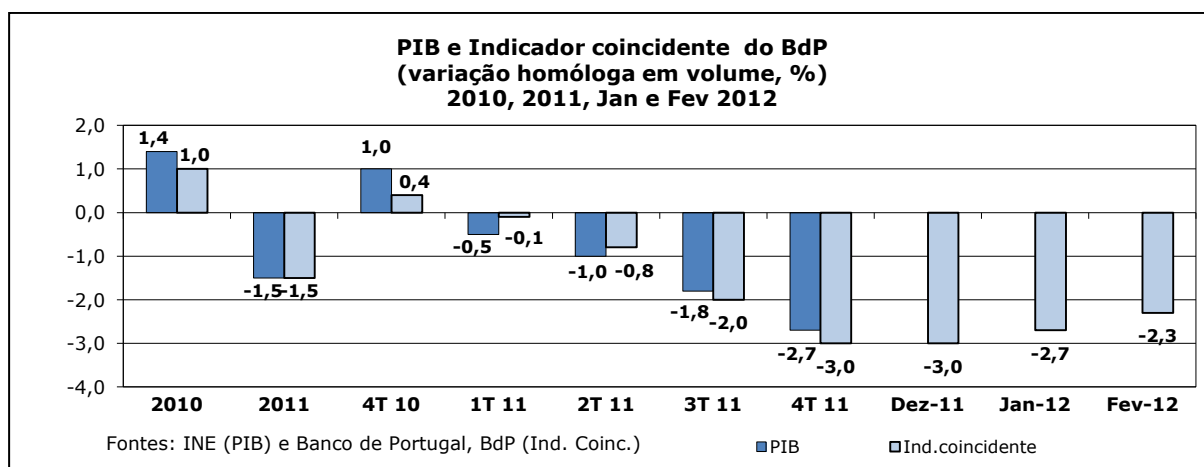
variações anuais em volume do VAB foram de 2.8% na agricultura, silvicultura e pesca (-1% em 2010), 0% na indústria, energia, águas e saneamento (2.5%), -9.2% na construção (4.3%) e -1.1% nos serviços (1.7%).



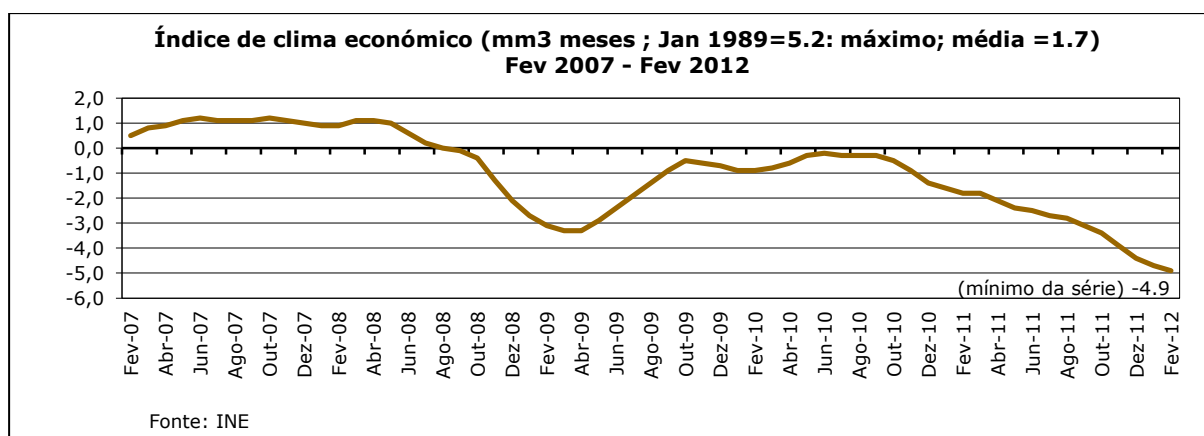
Ainda na mesma divulgação, o INE revelou que o **emprego** teve uma variação anual de -1.5% (igual à de 2010) na ótica das contas nacionais, incluindo uma variação homóloga de -3% no quarto trimestre (-0.7% no anterior).

Dados mais recentes sobre a evolução da procura, relativos a janeiro, mostraram um aumento da variação homóloga das exportações (para 13.1%, face a 10.9% no trimestre até janeiro e 12.4% no trimestre até dezembro) e das importações (para 3.8%, após -7% no trimestre até janeiro e -10.5% no trimestre até dezembro), sendo ainda de destacar a atenuação da quebra homóloga em volume das vendas a retalho no mesmo mês (para 8.7%, após uma descida de 9% em dezembro; dados com ajustamento de calendário).

Em fevereiro, o indicador coincidente do Banco de Portugal evidenciou uma atenuação da quebra homóloga pelo segundo mês consecutivo (variação de -2.3%, após -2.7% e -3% nos dois meses anteriores).

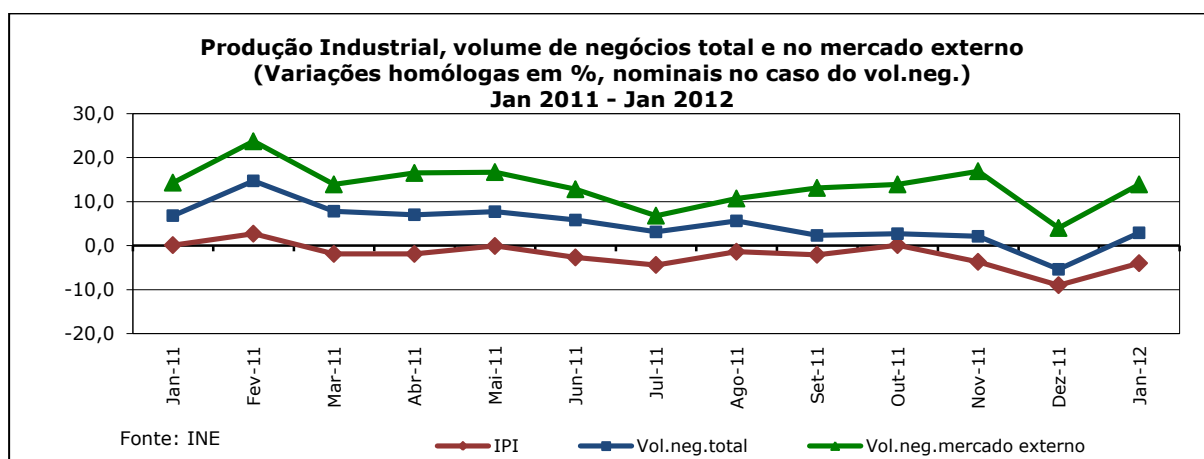


Em termos de informação prospetiva, realça-se uma nova descida (ainda que menos acentuada) do indicador de clima económico do INE em fevereiro (para um novo mínimo da série), apontando para a continuação da queda de atividade nos próximos meses. Apesar da descida do indicador de clima, que é estimado com base nas respostas dos inquéritos setoriais, os indicadores de confiança setoriais (que integram menos respostas do que as usadas no indicador de clima) recuperaram na sua grande maioria em fevereiro, com exceção do da construção e obras públicas, que atingiu um novo mínimo histórico. A maior recuperação ocorreu no indicador de confiança dos consumidores, seguido dos indicadores de confiança na indústria (o único que permanece ainda longe de um mínimo histórico), no comércio e nos serviços.

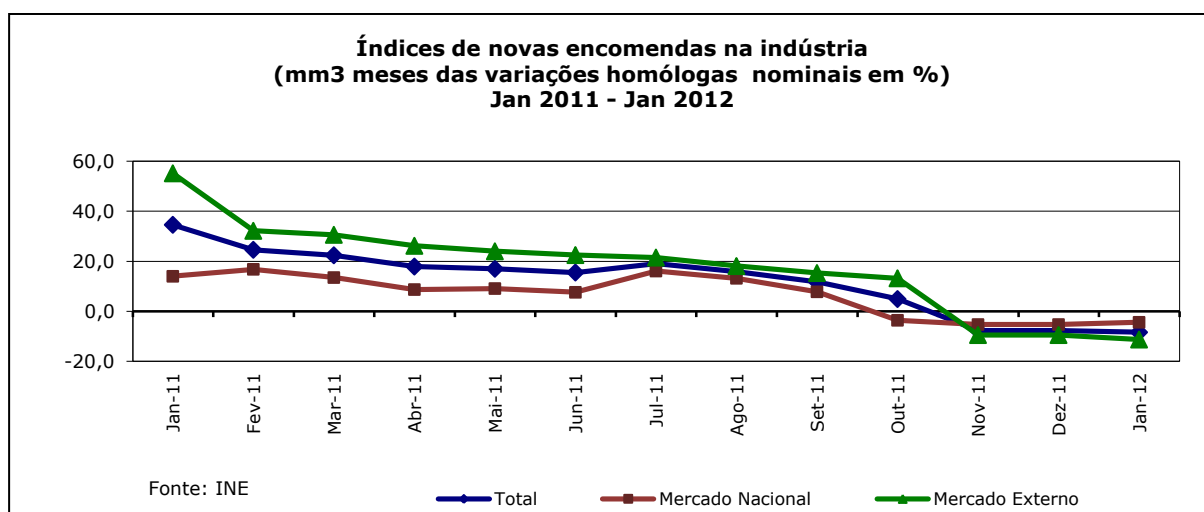


Quanto à **atividade industrial**, realça-se, em **janeiro** (dados revistos):

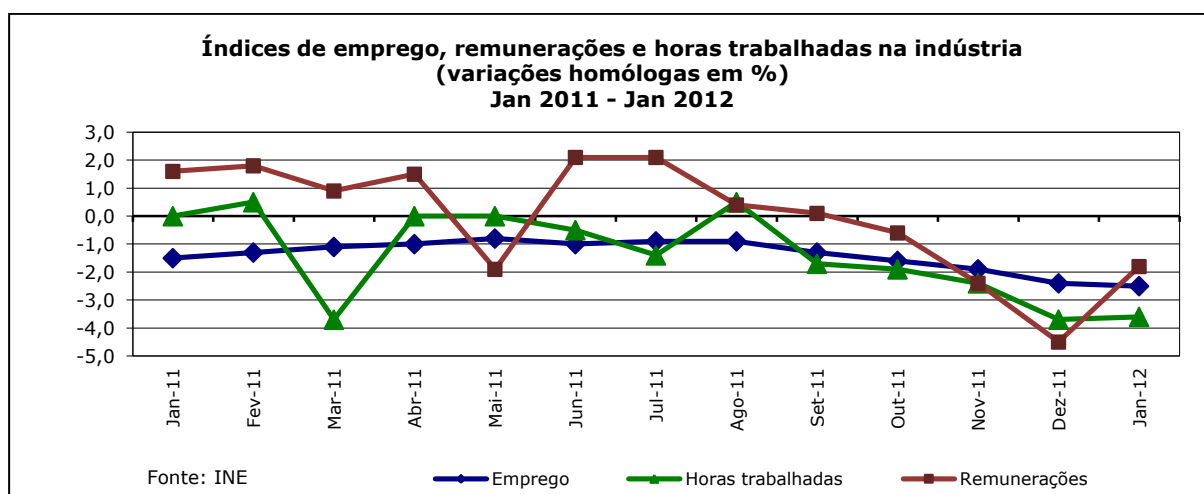
(i) A variação homóloga de -4% na **produção industrial** (-9% em dezembro; dados ajustados de efeitos de calendário) e de 2.9% no **volume de negócios**, que se repartiu entre 13.9% no mercado externo e -3.8% no nacional (-5.4%, 4% e -10.4% em dezembro, respetivamente, em termos nominais); as variações médias anuais situaram-se em -2.4% no índice de produção (-2% em dezembro) e 4.5% no volume de negócios (4.8%), incluindo -0.7% no mercado nacional (-0.2%) e 13.5% no mercado externo (o mesmo valor que em dezembro);



(ii) A variação homóloga de -8.4% das **novas encomendas industriais** no trimestre até janeiro de 2012 (-7.7% no trimestre até dezembro), incluindo variações de -4.4% no mercado nacional (-5.3%) e de -11.3% no mercado externo (-9.5%). Note-se que a quebra homóloga das encomendas desde novembro decorre, em parte, de um efeito de base ocorrido no mercado externo (sobretudo nos agrupamentos de bens intermédios e de investimento, dado o elevado crescimento verificado no período homólogo), que se poderá reverter depois ao longo de 2012. A variação mensal (média móvel de três meses) das encomendas industriais no mercado externo situou-se em 0.4% em fevereiro, após -2% e 9.4% nos dois meses anteriores (-0.8%, -3.2% e 7.8% no mercado interno, respetivamente). Apesar do menor dinamismo, espera-se que o mercado externo continue a ser o principal suporte da atividade industrial em 2012;

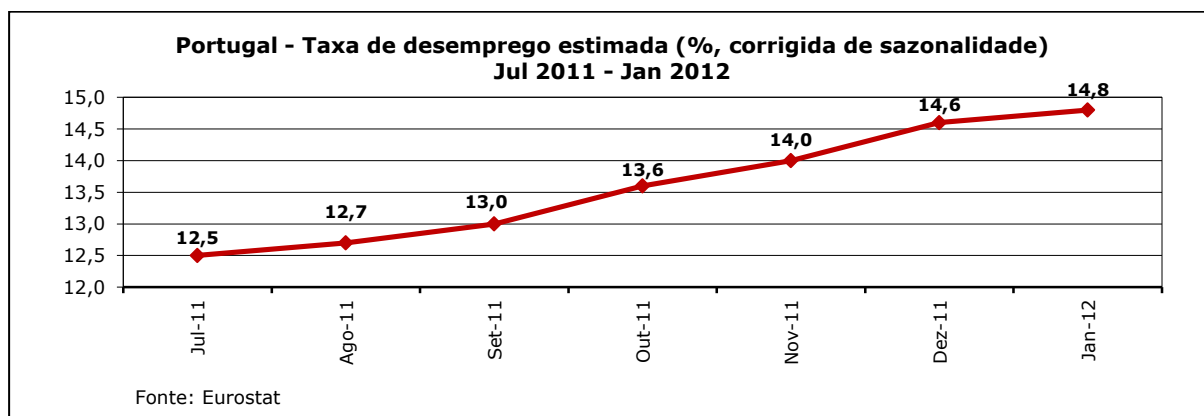


(iii) as variações homólogas de -2.5% no índice de **emprego** industrial, de -3.6% no índice de **horas trabalhadas** e de -1.8% no índice de **remunerações** (-2.4%, -3.7% e -4.5% em dezembro, respetivamente, com ajustamento de calendário); as variações médias anuais situaram-se em -1.4%, -1.6% e -0.3%.

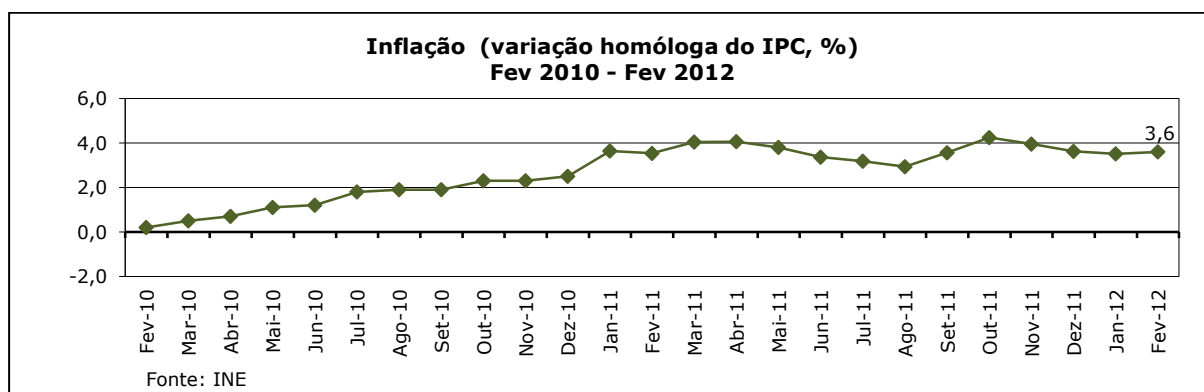


Em janeiro de 2012, a **taxa de desemprego portuguesa estimada pelo Eurostat** aumentou para um máximo de 14.8% (14.6% em dezembro; valores corrigidos

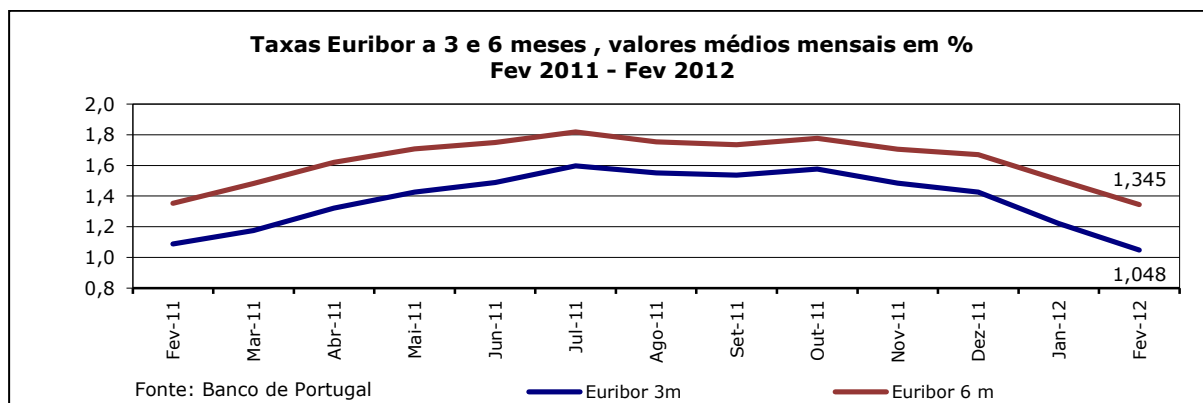
de sazonalidade, numa série iniciada em 1983), continuando a distanciar-se da média da zona do euro, que aumentou menos (0.1 ponto, para 10.7%).



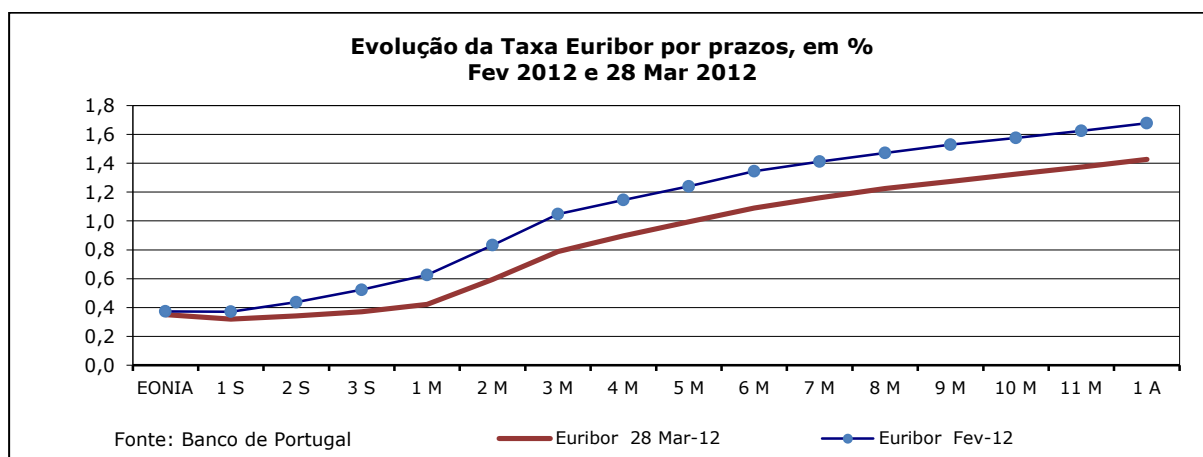
A taxa de **inflação** aferida pelo índice de Preços no Consumidor (IPC) aumentou para 3.6% em fevereiro (3.5% em janeiro). Excluindo a energia e os bens alimentares, a taxa de variação homóloga subiu para 2.2% (2.1% em janeiro). A variação média anual do IPC situou-se em 3.7% (3.6% em janeiro). A evolução do IHPC foi similar (variação homóloga de 3.6% e média anual de 3.5%).



No que se refere ao mercado monetário europeu, as **taxas Euribor a 3 e 6 meses** prosseguiram uma trajetória de descida acentuada em fevereiro, tanto em média mensal (para 1.048% e 1.345%, respetivamente, após 1.222% e 1.505% em janeiro) como em valor de final de mês (0.983% e 1.279%, após 1.125% e 1.418% no final de janeiro), atingindo mínimos de mais de um ano. A descida das taxas de juro traduz o sucesso da política monetária expansionista do BCE introduzida no mandato de Draghi, com destaque para as operações de refinanciamento a 3 anos, que atenuaram a pressão sobre a banca e, desse modo, permitiram uma normalização do mercado monetário (retoma da oferta de fundos dos bancos), tornando eficaz a descida das taxas de juro diretoras.

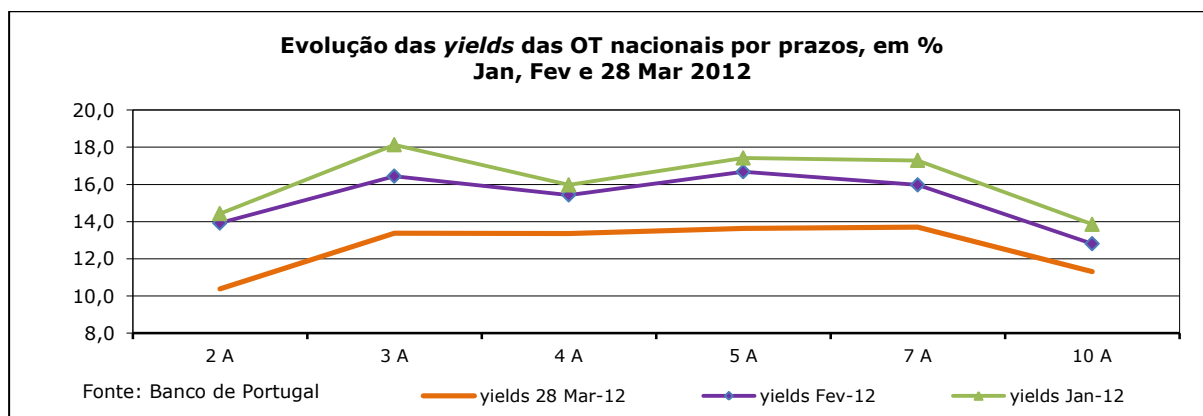


Já em **março**, as taxas Euribor diárias continuaram a descer em todos os prazos, (para 0.787% nos 3 meses e 1.09% nos 6 meses no dia 28), e com intensidade semelhante a partir do prazo de um mês, mantendo-se, por isso, a inclinação da curva de rendimento entre esse prazo e os 12 meses.

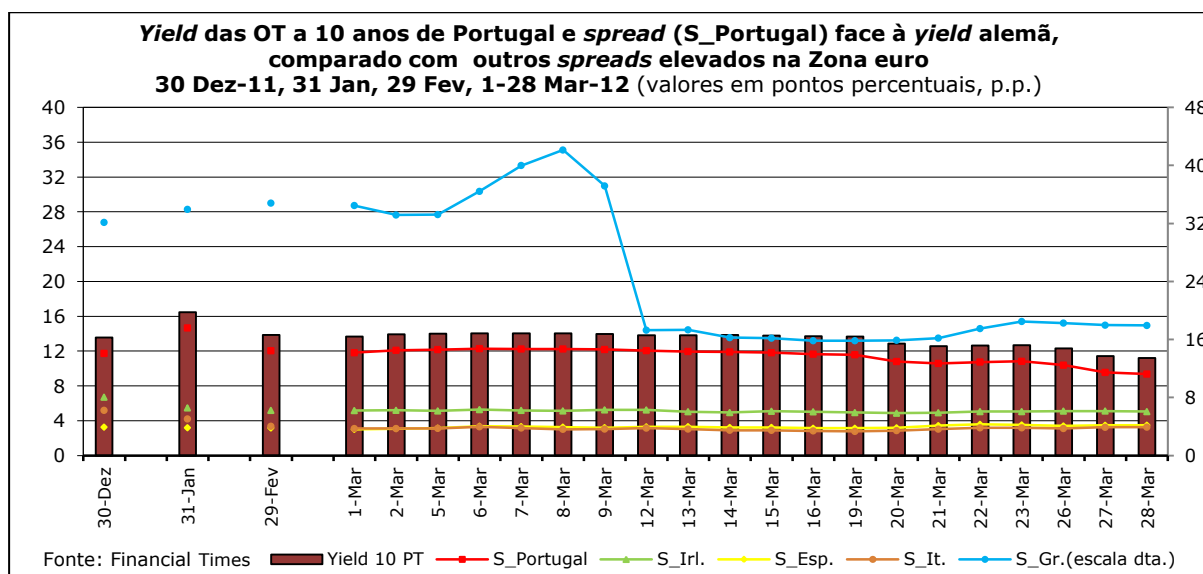


No mercado secundário de dívida pública, as **yields** (taxas de rentabilidade implícita) das obrigações do Tesouro português desceram em fevereiro, tanto em média mensal (para 13.92% nos 2 anos, 16.68% nos 5 anos e 12.81% nos 10 anos, face a 14.43%, 17.42% e 13.85% em janeiro, respetivamente) como em comparação de final de mês (12.39% nos 2 anos, 16.42% nos 5 anos e 13.26% nos 10 anos). Na primeira quinzena, as **yields** diárias recuaram devido aos rumores de compra de dívida nacional pelo BCE, mas sobretudo com a revelação de que a Alemanha apoiará um segundo empréstimo a Portugal caso tal se revele necessário (e a manter-se o cumprimento do atual programa). Na segunda metade de fevereiro, os sinais de acordo para o segundo resgate à Grécia e ao sucesso de vários leilões de dívida pública nacional de curto prazo (com destaque para a colocação a 12 meses pela primeira vez desde o início do PAEF e com juros abaixo de 5%) reforçaram o movimento de queda. A descida das **yields** portuguesas acentuou-se em março com a cobertura de posições de Hedge Funds, devido à perspetiva cada vez mais consolidada de que o pagamento da dívida nacional será assegurado pelo primeiro ou um eventual segundo resgate a Portugal, evitando uma reestruturação da dívida portuguesa. A perceção sobre Portugal melhorou depois de tanto o FMI como o BCE terem indicado que, mesmo no cenário mais pessimista, o fardo da dívida nunca será

totalmente insuportável. No dia 28 de março, as yields situaram-se em 10.38% nos 2 anos, 13.64% nos 5 anos e 11.32% nos 10 anos, traduzindo mínimos desde abril, setembro e novembro de 2011, respetivamente.



A descida da *yield* nacional a 10 anos acompanhou a evolução do **prémio de risco** medido pelo diferencial face à Alemanha, que passou de 14.66 pontos percentuais (p.p.) no dia 31 de janeiro, para 12.04 p.p. no dia 29 de fevereiro e 9.36 p.p. no dia 28 de março. Salienta-se ainda a queda a pique do prémio de risco da Grécia após a aprovação do segundo resgate pelo Eurogrupo, sensivelmente a meio de março. Ao contrário de Portugal, Grécia, Irlanda e Itália, a Espanha registou um aumento do prémio de risco ente final de fevereiro e 28 de março (para 3.48 p.p. no dia 28, já acima do valor de Itália), refletindo a derrapagem assumida da meta orçamental espanhola para este ano.



Na **bolsa portuguesa**, o índice de referência PSI-20 recuperou em fevereiro (subida de 4.8% em comparação de final de mês, semelhante à variação de 4.4% do referencial europeu Euronext-100 no mesmo período), após onze meses consecutivos de perda (para mínimos desde 2002). O PSI-20 prosseguiu em alta, mas a um ritmo bastante mais ligeiro, até 28 de **março** (subida de 0.4% face ao final de fevereiro, para 5603.07 pontos), tal como o Euronext-100 (aumento de 0.5% no mesmo período).

No que se refere às **contas externas**, os dados mais recentes da Balança Corrente evidenciaram um défice de 808 m.e. em janeiro de 2012, representando uma redução de 35% em termos homólogos (435 m.e.), com melhorias nas principais componentes (incluindo a balança de rendimentos, cujo défice se reduziu 59 m.e.). O saldo da balança de capital aumentou 411 m.e.. Esta evolução sugere que a redução do desequilíbrio externo prosseguiu no início de 2012, mas faz-se notar que a informação é preliminar e os dados de apenas um mês não são suficientes para estabelecer uma tendência para o ano corrente.

A síntese de **execução orçamental** de janeiro a fevereiro de 2012 (em Contabilidade Pública, ótica de caixa) mostrou um défice de 798.6 m.e. no **subsetor Estado**, mais 524.3 m.e. do que no mês homólogo de 2011. A **receita** do Estado registou uma variação de -4.3% (-6.1% em janeiro), repartida entre -5.3% na receita fiscal (-7.9%) e 5.5% na receita não fiscal (8.6%). Dentro da receita fiscal, registou-se uma variação de -9% nos impostos diretos (-18.8% em janeiro)¹ e -3.4% nos indiretos (0.5%), incluindo -1.1% no IVA (5.7%). A **despesa** evidenciou uma variação de 3.5% no acumulado até fevereiro, após -12.7% em janeiro, uma inflexão que resultou de vários fatores extraordinários. Destacam-se as subidas de 80.8% na despesa de capital (-17.1% excluindo um pagamento de 348.3 m.e. relativo a passivos da RTP e outro de 21.2 m.e. referente a concessões rodoviárias) e de 175.3% nos juros da dívida (25.4%, em linha com o orçamentado, excluindo o efeito do pagamento em fevereiro do cupão de uma nova emissão de obrigações do Tesouro), e de -5.2% na despesa corrente primária. Na despesa corrente primária, salientam-se as variações de -8.8% nas despesas com pessoal (-15.4% em janeiro) e -3.6% nas transferências (-18.1%), que incluem 93.3 m.e. relacionados com o financiamento do regime de segurança social substitutivo dos bancários. Em termos de **graus de execução**, registaram-se taxas de 15.2% na despesa (16.7% na despesa corrente primária) e 23.6% na receita (15.9% na receita fiscal), no primeiro caso abaixo e no segundo acima do padrão de execução uniforme ao longo do ano ($2/12=16.7\%$). O **saldo consolidado da Administração Central** (subsetor Estado mais Serviços e Fundos Autónomos) e **Segurança Social** de janeiro a fevereiro situou-se em 539.1 m.e. considerando as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR) e em 449.9 m.e. sem as EPR, valor este que compara com 950.6 m.e. no período homólogo de 2011 (-52.7%). A **receita consolidada comparável da Administração Central e Segurança Social aumentou 16.3%** (para o que contribuiu a receita corrente relativa a direitos de utilização de frequências de 4.^a geração de redes de telemóveis e as transferências recebidas pela Segurança Social provenientes do Fundo Social Europeu) e a **despesa 14.3%**, refletindo, para além dos fatores já apontados no subsetor Estado, o aumento com as prestações sociais da Segurança Social, designadamente das pensões

¹ Segundo a DGO, excluindo o efeito das receitas atípicas de IRC ocorridas em janeiro de 2011 (em resultado da antecipação generalizada da distribuição de dividendos ocorrida em dezembro de 2010), os impostos diretos registariam uma variação homóloga nula até fevereiro e as receitas fiscais um decréscimo de 2.4%.

(incluindo as do regime substitutivo dos bancários) e dos encargos com subsídio de desemprego e apoio ao emprego.

Faz-se notar que os dados de apenas dois meses não permitem estabelecer uma tendência de evolução da execução orçamental em 2012, e que os dados da síntese, numa ótica de caixa, são fortemente influenciáveis por fatores pontuais, nomeadamente diferenças no padrão intra-anual de execução das rubricas.

A **Unidade Técnica de Apoio Orçamental** (UTAO) da Assembleia da República analisou a execução orçamental de janeiro a fevereiro de 2012 e considera que “excluindo os fatores específicos, o saldo global do estado registaria uma deterioração de 75 milhões de euros em termos homólogos, aquém da melhoria implícita no Orçamento de Estado de 2012”. Foi ainda referido que “embora todos os subsetores tenham contribuído para essa degradação, mais de dois terços deveu-se à diminuição do excedente da Segurança social”.

Na conferência de imprensa que se seguiu à apresentação do Orçamento Retificativo, no dia 29, o **ministro das Finanças** considerou útil a análise técnica qualificada da UTAO, mas defendeu que qualquer conclusão sobre a execução orçamental nos primeiros dois meses do ano tem que ser encarada com muita prudência porque depende da estimacão que seja feita dos efeitos especiais ocorridos nesses dois meses. A UTAO divulga as suas próprias estimativas, mas essa quantificação não é uma ciência exata, segundo o ministro, que prefere esperar por mais informação.

CIP/DAE – Nuno Torres
Elaborado com informação até 29/02/2012
Conj Econ_Março 2012.docx

ANEXO A - Resumo do Relatório da proposta de Lei de alteração ao OE12 e principais medidas de combate à fraude e evasão fiscais

Relatório da Proposta de Lei de alteração do OE 2012

O principal fator determinante da proposta reside na necessidade de contemplar os impactos da transferência parcial dos Fundos de Pensões dos Bancos para o Estado, resultando no aumento da receita em 2.693 m.e. (valor que complementa a transferência realizada em 2011) e no pagamento de pensões correspondente às responsabilidades assumidas (522 m.e.). A transferência dos Fundos de Pensões vem permitir uma operação de regularização de pagamentos em atraso do Serviço Nacional de Saúde no valor de 1500 m.e., que se concretizará de acordo com a “Estratégia para a redução dos pagamentos em atraso há mais de 90 dias nas Administrações Públicas e Hospitais EPE” (aprovada no mesmo Conselho de Ministros), imposta como condição para a realização da referida operação pela *troika* na 3ª avaliação regular do PAEF. Os valores da transferência de fundos de pensões da banca e dos pagamentos em atraso na saúde não serão considerados para efeitos de avaliação do PAEF, nem afetam o saldo em Contabilidade Nacional.

Considerou-se ainda a transferência do Fundo de Pensões do Banco Português de Negócios para a Caixa Geral de Aposentações, com impactos na receita (97 m.e.) e na despesa (0.3 m.e.). No entanto, a receita não será considerada para efeitos de avaliação do PAEF.

Para além dos fatores acima identificados, a alteração ao Orçamento de Estado de 2012 reflete ajustamentos decorrentes da atualização do cenário macroeconómico, em que se destaca a descida da previsão de variação real do PIB em 2012 para -3.3%, em linha com a última atualização do PAEF (face a -2.8% no Orçamento de Estado inicial), e a melhoria na previsão de 2011 (de -1.9% para -1.6%). O cenário revisto implicou alterações na receita fiscal, destacando-se a revisão em alta da receita do IRC (104 m.e., que se depreende resultar do cenário menos negativo em 2011), a redução da previsão da cobrança de IVA e impostos sobre veículos (397 m.e.), e a descida no saldo segurança social (em 292 m.e.), atribuível a um ajustamento em baixa na previsão das contribuições sociais e em alta no valor das prestações sociais.

Foram ainda identificadas despesas adicionais não incluídas no Orçamento inicial:

- Regularização de responsabilidades financeiras com concessões, decorrentes da não adjudicação do projeto de Alta Velocidade (30 m.e.), e da introdução das portagens nas ex-SCUT (59 m.e.);
- Reforço das transferências para o SNS, para colmatar as respetivas insuficiências financeiras (200 m.e.);

- Contribuição de Portugal para o Fundo Europeu de Desenvolvimento (8 m.e.) e para o Fundo de Operações Especiais, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (0.1 m.e.);
- Dotação para o Conselho de Finanças Públicas (2 m.e.)

A cobertura das necessidades adicionais de financiamento resultantes quer da alteração no cenário macroeconómico para 2012 quer de despesas não previstas é garantida através:

- Da receita extraordinária relativa ao leilão de atribuição dos direitos de utilização de frequências da 4.ª geração móvel, iniciado em outubro de 2011, mas concluído em janeiro de 2012 (272 m.e.);
- Da redução da despesa com juros e outros encargos (684 milhões de euros), que advém, designadamente, da eliminação da margem dos empréstimos do Mecanismo Europeu de Estabilidade Financeira, da redução das respetivas comissões, da diminuição dos juros dos restantes empréstimos da U.E., da redução de juros de Bilhetes do Tesouro, Certificados de Aforro e Certificados do Tesouro, mas também de receitas adicionais de aplicações de tesouraria;
- Da dedução de uma cativação no orçamento da Segurança Social (29 milhões de euros), respeitante à contrapartida nacional de FSE, no âmbito reprogramação estratégica do QREN;
- Da dedução parcial da cativação da reserva constituída em cada programa no Orçamento de 2012 (110 m.e.), abrangendo tanto Serviços Integrados como Serviços e Fundos Autónomos. Esta dedução da cativação será compensada pela operacionalização da reprogramação estratégica do QREN, recentemente aprovada pela Comissão Europeia, e pela aplicação do mecanismo extraordinário de majoração das taxas de cofinanciamento, devido ao fato de Portugal estar sob assistência financeira da UE (*top-up*).

O impacto das alterações ao Orçamento de Estado traduz-se num défice da Conta das Administrações Públicas em Contabilidade Pública de -3.7% do PIB, que compara com -4% no OE 2012. Tendo em conta os critérios do PAEF, o saldo ajustado das Administrações Públicas situa-se em -4.5% do PIB, em linha com a meta do PAEF, mas acima do valor comparável do OE 2012 (-4.1%).

Foi ainda apontado um conjunto de operações financeiras sem impacto no saldo global das administrações públicas. Destas operações destacam-se:

- Cessão de créditos elegíveis do setor bancário sobre os municípios, Entidades Públicas e entidades do sector da Saúde (3.000 m.e.);
- Aumento do capital da CGD para reforço da solidez financeira desta instituição de crédito (1.000 m.e.);
- Empréstimo à Região Autónoma da Madeira (RAM) em resultado do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da RAM, do qual decorre um contrato de financiamento de até 1.500 m.e. para pagamento de dívidas, prevendo-se que os reforços necessário no ano de 2012 ascendam a 938 m.e.;

- Empréstimo à Região Autónoma dos Açores, solicitado por esta Região ao Estado visando o refinanciamento da respetiva dívida direta (135 m.e.);
- Participação Portuguesa no Mecanismo Europeu de Estabilidade Financeira, em resultado da decisão europeia de solicitar o pagamento das duas primeiras *tranches* deste mecanismo (804 m.e.);
- Empréstimos concedidos pelo Estado a EPR (357 m.e.) visando o reembolso de empréstimos destas entidades junto de instituições de crédito;
- Empréstimos QREN / Banco Europeu de Investimento (BEI) - Prevendo-se uma reorientação na utilização dos fundos provenientes do empréstimo-quadro do BEI para operações aprovadas no âmbito do QREN, passando a ser utilizados também por entidades privadas envolvidas, torna-se necessário um reforço (77 m.e.);
- Execução de garantias da Europarques e MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, decorrente da previsível falta de capacidade de pagamento da dívida (27 milhões de euros).

Foi ainda salientado que as alterações propostas ao Orçamento de Estado para 2012 são consistentes com a situação orçamental e com o cenário macroeconómico revisto, apresentados na Terceira Missão de Avaliação do PAEF.

Principais medidas de combate à fraude e evasão fiscais da proposta

Salienta-se, em particular, a alteração a dois artigos da lei Geral Tributária.

No Artº 63º-A, é aditado um novo nº 4 com novas obrigações para a banca. Segundo o aditamento, as instituições de crédito e sociedades financeiras têm a obrigação de fornecer, a qualquer momento, a pedido do diretor-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira ou do seu substituto legal, ou do conselho diretivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P., as informações respeitantes aos fluxos de pagamentos com cartões de crédito e débito, efetuados por seu intermédio aos sujeitos passivos com rendimentos empresariais e profissionais (categoria B de IRS e IRC) que sejam identificados no referido pedido de informação, sem por qualquer forma identificar os titulares dos respetivos cartões.

A nova redação do artigo Artº 63º-C nº 3 diz que "os pagamentos respeitantes a faturas ou documentos equivalentes de valor superior ou igual a 1000 euros devem ser efetuados através de meio de pagamento que permita a identificação do respetivo destinatário, designadamente transferência bancária, cheque nominativo ou débito direto". A redução muito substancial do limite mínimo dos pagamentos com identificação do destinatário (de 20 salários mínimos para 1000 euros) poderá contribuir para a redução da economia informal, desde que seja acompanhado de fiscalização adequada.

Anexo B - Quadro síntese das previsões económicas mais recentes para Portugal por instituição

	Governo (28-03-12)		BdP (29-03-12)			CE (23-02-12)		CE (21-12-11)			FMI (21-12-11)			OCDE (28-11-11)		
	2011	2012	2011	2012	2013	2011	2012	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013
PIB	-1.6	-3.3	-1.6	-3.4	0.0	-1.5	-3.3	-1.6	-3.0	0.7	-1.6	-3.0	0.7	-1.6	-3.2	0.5
Consumo privado	-3.9	-5.8	-3.9	-7.3	-1.9			-3.8	-5.8	-1.1	-3.9	-5.4	-1.0	-3.7	-5.5	-1.3
Consumo público	-3.9	-3.2	-3.9	-1.7	-1.2			-3.7	-4.1	-2.4	-3.7	-4.1	-2.3	-4.3	-4.7	-3.4
FBCF	-11.4	-10.2	-11.4	-12.0	-1.7			-11.3	-10.3	0.6	-11.2	-10.3	0.5	-11.0	-11.9	-0.3
Exportações	7.4	2.1	7.4	2.7	4.4			6.8	3.8	5.5	6.8	3.8	5.5	7.2	4.0	6.1
Importações	-5.5	-5.9	-5.5	-5.6	0.0			-4.8	-5.0	1.2	-4.8	-5.0	1.2	-4.9	-5.2	0.5
Contribuições p/ var. PIB (pontos percentuais)	Proc.ext.liq.		4.6	3.1	1.6			3.9	3.3	1.6	4.0	3.2	1.6	4.2	3.4	2.1
	Proc.interna		-6.2	-6.5	-1.7			-5.5	-6.3	-0.9	-5.6	-6.2	-0.9	-5.8	-6.6	-1.6
Inflação (IHPC; IPC no caso do Governo)	3.7	3.1	3.6	3.2	0.9	3.6	3.3	3.6	3.3	1.3	3.6	3.3	1.3	3.5	2.6	1.1
Taxa desemprego (% pop. ativa)	12.7	14.5						12.7	13.8	13.6	12.4	13.7	13.3	12.5	13.8	14.2
Emprego	-2.8	-2.5	-1.5	-3.6	-0.7			-1.0	-1.6	0.2	-1.5	-1.9	0.3	-2.5	-2.2	-0.6
Produtividade do trabalho	1.2	-0.8						-1.2	-1.7	0.8	-0.1	-1.2	0.4	-0.3	-0.9	1.1
Balança corrente e de capital (% do PIB)	-5.1	-3.0	-5.2	-2.8	-0.4			-6.1	-3.1	-1.4						
Balança corrente (% do PIB)	-6.5	-4.5						-7.6	-4.6	-2.8	-8.4	-6.4	-5.1	-8.0	-3.8	-1.7
Saldo orçamental (% PIB)		-4.5						-5.9	-4.5	-3.0	-5.9	-4.5	-3.0	-5.9	-4.5	-3.0
Dívida pública bruta (% PIB)								107.2	116.2	118.1	107.2	116.3	118.1	111.9	121.9	123.7

Fontes:

- Governo (28/03/12, Proposta de Alteração do Orçamento de Estado para 2012, pág. II (saldo orçamental), pág. 3 (restantes valores))

<http://www.dgo.pt/politicaorçamental/OrcamentodeEstado/2012/Proposta%20do%20Orçamento/Documentos%20do%20OE/Rel-2012.pdf>

- Banco de Portugal, BdP (29/03/12, Boletim Económico de Primavera 2012, pág. 33)

http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/BoletimEconomico/Publicacoes/bol_primavera_p.pdf

- Comissão Europeia (23/02/12; Interim Forecast February 2012, págs. 41-42)

http://ec.europa.eu/economy_finance/articles/eu_economic_situation/pdf/2012/2012-02-23-interim-forecast_en.pdf

- Comissão Europeia (21/12/11; The Economic Adjustment Programme for Portugal. Second review - Autumn 2011, Annex 2. Commission services' macroeconomic projections, págs. 52-55)

http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/occasional_paper/2011/op89_en.htm

- FMI (21/12/11, Portugal: Second Review Under the Extended Arrangement, Chapter VI. Staff Appraisal, pág. 27)

<http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2011/cr11363.pdf>

- OCDE (28/11/11, Economic Outlook November 2011: Portugal - Economic forecast summary; Annex tables - Key supply side data; Wages, Costs, Unemployment and Inflation)

http://www.oecd.org/document/41/0,3746,en_2649_34573_45270249_1_1_1_1,00.html ;

<http://www.oecd.org/dataoecd/5/49/37841330.xls> ; <http://www.oecd.org/dataoecd/5/47/49196765.xls>